

SUPERINDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR: VULNERABILIDADE DOS IDOSOS NOS CONTRATOS DE MÚTUO.

Giovana Valeska Gonçalves
Robson Paiva Ribeiro de Sá

RESUMO

O presente trabalho tem como escopo, traçar, em linhas gerais, uma análise sintetizada, no que concerne ao Superendividamento do Consumidor Idoso, bem como ao empréstimo consignado, criando um paralelo entre os princípios basilares do Ordenamento Jurídico Brasileiro e os princípios consumeristas, expondo as problemáticas e as intempéries. Ao expor ideias gerais, procurou o conceito de Superendividamento gerado, entre outros fatos, também pelo empréstimo consignado, traçando, desta forma, um caminho para se buscar uma melhor compreensão dos motivos que levam os idosos a contraí-los. No que se refere ao tema, abordou-se sobre a necessidade de uma regulamentação específica em proteção e defesa dos consumidores idosos. Finalmente, foram tratados dos motivos que levam ao superendividamento utilizando mecanismos jurídicos encontrados na Constituição Federal de 1988 e no Código de Defesa do Consumidor.

PALAVRAS-CHAVE: Direito do Consumidor. Superendividamento. Contrato. Hipossuficiência . Vulnerabilidade.

INTRODUÇÃO

Com o advento do crédito fácil e sem burocracia, e conseqüentemente as necessidades pessoais dos consumidores pensionistas e aposentados, fez com que um novo fenômeno social, econômico e jurídico do Superendividamento, tomasse relevo nas discussões políticas e jurídicas do Brasil.

Este estudo se preocupa em proporcionar maior informação e conscientização dos consumidores idosos, que são vítimas diárias de publicidade ilusórias e abusivas que os levam ao comprometimento quase que integral de seus proventos.

Ressalta-se ainda que esse comportamento vicioso de contrair mútuo como solução imediata para atender situações cotidianas de necessidade, levam esses consumidores ao superendividamento.

Inicialmente, foi delimitado os parâmetros constitucionais, bem como os princípios basilares que tutelam o consumidor vulnerável e hipossuficiente, com o fito de trazer uma base jurídica e principiológica ao trabalho, bem como levar outros estudiosos a novas análises.

Em seguida, foram traçadas características gerais a respeito do superendividamento, evidenciando os principais problemas do empréstimos consignados e as conseqüências jurídicas, econômicas e sociais que esse fenômeno traz ao orçamento mensal dos idosos.

Este tema adquire relevo na medida em que o Código de Defesa do Consumidor, criado no início da década de noventa, não cogitou a possibilidade deste complexo fenômeno no mercado de consumo, e nem regulamentou medidas protetivas específicas voltadas a atender as necessidades dos superendividados. A política que deveria ser utilizada hoje para a proteção e defesa aos idosos seria proporcionar informações claras, precisas, concisas e ostensivas, sobre os riscos destes contratos.

Ao final, pretende-se concluir o tema, focando nas conclusões que submergiram com o assunto em comento, visto que o presente, não pretende criar ou modificar entendimentos já solidificados na doutrina pátria, apenas expô-los de forma sistemática e elucidativa, demonstrando, desta forma, a necessidade de proteção e defesa dos idosos em relação aos contratos de mútuo, que apresentam características e instrumentos próprios que gera nova categoria de vulnerabilidade.

METODOLOGIA

Quanto à metodologia, a via adotada foi a da pesquisa dogmática ou instrumental, onde se analisou a aplicabilidade dos artigos, dos principais princípios, correspondente à temática estabelecida no objetivo principal deste estudo, tendo em vista as peculiaridades do superendividamento, bem como a parte referente às práticas abusivas que geram vulnerabilidade dos aposentados e pensionistas.

DESENVOLVIMENTO

1 Da Proteção e Defesa do Consumidor Idoso

Por determinação da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, XXXII, surge, no Brasil, os primeiros preceitos que determinasse a Proteção e a defesa do consumidor.

Nesse sentido, Luiz Henrique Cascelli Azevedo¹, afirma que a expressão “defesa do consumidor” presente no artigo 5º, XXXII, da CF/88, é no sentido de colocar o Estado versus os fornecedores, em proteção e defesa do hipossuficiente e do vulnerável.

É na Constituição Federal que a Lei nº 8.078/90 encontra-se respaldo para a sua efetividade, visando equilibrar a simetria entre os polos passivos e ativos da relação de consumo, dando condições reais de igualdade às partes do contrato de consumo.

¹ AZEVEDO, Luis Henrique Coscelli, **Ensaio sobre impactos da Constituição Federal de 1988 na sociedade brasileira**, 2008, p.275.

Primeiramente, é fundamental conceituar e definir o consumidor tutelado pelo CDC, que trazem diversos conceitos e termos voltados às práticas comerciais, em seu art 2º: consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produtos ou serviços como destinatário final.

O legislador definiu no referido artigo, o conceito jurídico de consumidor padrão estabelecendo como sendo consumidor qualquer pessoa natural ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final, ou seja, para seu uso pessoal ou de sua família, não comercializando o serviço ou produto.

O CDC traz, em seu bojo, uma estrutura principiológica voltada à Defesa e Proteção da parte mais fraca do elo contratual, entre estes princípios que visam à proteção efetiva destes consumidores, podem-se destacar os que se seguem:

O princípio da proteção do contratante mais fraco tem como escopo verificar se ambos contratantes dispõem dos meios necessários à defesa de seus interesses, bem como à exata compreensão do alcance das obrigações ativas e passivas contraídas por um e por outro contratante. A simetria das partes basta para assegurar o regulador fluxo das negociações e o resguardo dos legítimos interesses de cada parte.

Entretanto, o mesmo não se verifica nas relações contratuais de consumo, uma vez que contratantes não dispõem das mesmas condições (culturais, econômicas, técnicos, acesso as informações etc.), conforme dispões os artigos 4, I e 39, IV do CDC.

O código de defesa do consumidor contempla, em seu bojo, instrumentos de proteção dos legítimos interesses da parte mais fraca, ficando clara a preocupação do legislador pátrio com a vulnerabilidade e hipossuficiência do consumidor. As regras dos artigos 4º, I, 6º, VIII e art. 46 comprovam o alegado.

Partindo da ideia que o consumidor não detém os mesmos conhecimentos técnicos e econômicos que o fornecedor possui, mister se faz a responsabilização objetiva por conta do último, independente da existência de culpa ou não, pois o consumidor, vulnerável, não tem meios de determinar e estabelecer a falha existente por conta de imprudência, negligência ou imperícia.

Percorrendo o objeto desta pesquisa, far-se-á a análise do estatuto do idoso, bem como os artigos constitucionais voltados a Proteção e Defesa do Consumidor Idoso nas relações de consumo, principalmente no que tange a contratação de empréstimos consignados e outros mútuos que os coloca em extrema desvantagem esse grupo senil, em relação ao fornecedor, justamente pelo desequilíbrio econômico entre ambos os contratantes.

Reconhecer a vulnerabilidade técnica, jurídica, biológica, psicológica e procedimental destes idosos é equilibrar esta relação de consumo, que durante muitos anos, sujeitou-se à aceitação da vontade contratual do fornecedor, em razão de seu poder econômico, estes desconhecimentos técnico e jurídico dos termos contratuais, geram, em muitos casos, o desconhecimento pleno do objeto do contrato.

Estabelece a Constituição Federal de 1988, que:

Art.7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV- o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

X - proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa.

O Estatuto do Idoso foi criado com o objetivo de resguardar a todos os senis de condições indignas, visando garantir uma vida saudável e uma velhice tranquila aos mesmos. Porém, diariamente, as publicidades de crédito fácil, rápido e sem burocracia, veem atraídos esse grupo às variadas modalidades de empréstimos, colocando-os em situações de superendividamentos, o que acaba comprometendo suas rendas mensais, bem como, sua qualidade de vida.

Verifica-se a preocupação dos PROCONs em criarem Grupos contra o superendividamento para atender os idosos, visando, desta forma, instruí-los de informações a fim de evitar práticas abusivas por parte dos prestadores de serviços.

2. Do Superendividamento

Nota-se que nos últimos anos que a questão do superendividamento do consumidor ganhou destaque no cenário brasileiro e vem ganhando destaque nos debates consumeristas.

No Brasil, assim como em vários países, o assunto é amplamente discutido, principalmente no que tange pela urgência em se desenvolver legislação específica que proteja o consumidor quando levado ao superendividamento.

Com a disponibilização do crédito fácil e rápido, e com os incentivos publicitários, os consumidores são induzidos a um consumo desordenado e prejudicial a sua saúde financeira. O prejuízo oriundo do desequilíbrio dos orçamentos pessoais trazem consequências diretas ao superendividamento e ao inadimplemento de suas obrigações contraídas. Para a sociedade contemporânea os cidadãos adquirem status na proporção em que utilizam dos meios de consumo para adquirem bens e produtos.

O consumidor é bombardeado diariamente por meio de publicidades agressivas, nem sempre éticas, trazendo em seu conteúdo, forte apelo emocional, estimulando o consumo de produtos e serviços. Tais meios publicitários visam induzir os consumidores a gastarem com o supérfluo, levando-o ao comprometimento de sua renda mensal.

Com o novo sistema econômico brasileiro que visa a liberação de crédito à população de baixa renda e ao incentivo do consumo de bens duráveis, por parte desta classe, denominados como “*linha branca*”, quais sejam, os refrigeradores, *freezers* verticais e horizontais, condicionadores de ar, lavadoras de louças e roupa, secadoras, fornos de microondas e fogões, tiveram o IPI reduzido, contribuiu ao fenômeno do superendividamento no Brasil.

No Brasil o conceito de superendividamento pode ser definido como: “Impossibilidade global do devedor-pessoa física, consumidor, leigo e de boa-fé, de pagar todas as suas dívidas atuais e futuras de consumo (excluídas as

dívidas com o Fisco, oriundas de delitos e de alimentos)”, em um tempo razoável com sua capacidade atual de rendas e patrimônio².

Atualmente, não se pode admitir, a pretexto de fomentar a economia, que se oportunize sem as devidas advertências, que o consumidor caia na armadilha do superendividamento, que no Brasil é tão grave. Vale lembrar que, nas caixas de cigarros, por exemplo, são postadas imagens de fetos abortados, de pessoas com câncer, tudo com a intenção de alertar aos fumantes dos riscos que se assume ao acender um cigarro.

É importante tomar medidas similares às propagandas de cigarro, para a concessão de crédito aos consumidores desinformados, especialmente, às pessoas idosas e de baixo grau de instrução, a fim de evitar negócios jurídicos excessivamente onerosos aos contraentes.

Ressalta-se, que mais de 50% dos empréstimos são concedidos às pessoas com renda de até 01 salário mínimo, presumivelmente, muitas destas são semi-analfabetas e com baixíssimo grau de instrução.³

3. Do Empréstimo Consignado Aos Idosos

O grande vilão do superendividamento dos idosos encontra-se justificativa nos empréstimos bancários aos consumidores que, ao contraírem tais mútuos, entram em um caminho que pode culminar no superendividamento do mutuário, posto que, diante dos juros elevados e do anatocismo, acabam por não conseguir adimplir com seus débitos, o que lhes causam dívidas capazes de comprometer todo o seu orçamento familiar, ou até se tornarem dívidas difíceis de serem pagas pelo consumidor.

² MARQUES, Cláudia lima, *et al.* **Prevenção e tratamento do superendividamento**. 2010; Ministério da Justiça: Brasília. p. 21.

³ SOARES, André de Moura. **Aposentados e pensionistas do INSS**. 2005. <www.jusnavigandi.com.br> acesso em: 02 de maio de 2013.

O orçamento mensal, dos aposentados, na maioria dos casos, já se encontram vinculadas as dívidas domésticas, ao pagamento dos planos de saúde e a compra de medicamentos. Devido à desvalorização dos benefícios recebidos pelos aposentados, a família, ou o próprio idoso, fica estimulado a contrair, em seu nome, empréstimos, principalmente na modalidade de consignados, cuja desburocratização e facilidades são mais favoráveis.

Essa facilidade de contratar o mútuo leva o idoso a comprometer parte de seu benefício com vários empréstimos, todos divididos em várias parcelas, que proporcional um endividamento maior, a aquisição de dívida que não suporta pagá-las.

Considerando que, atualmente, que o crédito pessoal consignado é realizado sem avalista, e os juros mensais podem atingir índices mais baixos, devido ao risco do negócio, que se torna seguro por parte do fornecedor, que retém na fonte o valor do seu crédito, sem a liberalidade do aposentado requerer a suspensão do pagamento, os riscos de inadimplemento, consequentemente, são reduzidos.

Com toda essa facilidade, e com taxas de juros controladas e parcelas estendidas, a fórmula para o consumidor se superendividar está praticamente equalizada, faltando apenas, números indefinidos de empréstimos, capazes de comprometer a renda do idoso.

Como mencionado anteriormente, o público alvo da modalidade de consignados, são as pessoas idosas, beneficiários da Previdência Social, quer aposentados, quer pensionistas, os quais, normalmente, são humildes, possuem baixo grau de escolaridade e querem obter dinheiro rápido para satisfazer suas necessidades imediatas, sem burocracia, além de almejarem quitar esse débito em prestações fixas e sucessivas. São atraídos pela promessa de juros baixos feita pelas instituições financeiras que realizam este financiamento.

Ante o exposto, vários problemas surgem através dessa modalidade de empréstimo consignado, pois, é um risco silencioso para os que o contraem, em virtude da falsa segurança que é apresentada ao consumidor pelos bancos.

O primeiro problema enfrentado pelo aposentado ou pensionista nos empréstimos consignados, é o comprometimento, por períodos longos, de parte do benefício ou dos proventos que fazem jus os consumidores.

Ao celebrar este tipo de contrato, o consumidor se vê vinculado ao banco por longos períodos, visto que há contratos cuja duração se prolonga por até dez anos, como exemplo, temos atualmente sido ofertado em todos os veículos de publicidade, empréstimos consignados de 120 meses, para os consumidores que são correntistas da Caixa Econômica Federal.

Muitos consumidores, por desconhecimento do objeto contratado, contraem consignados sem saberem o período em que ficarão vinculados ao contrato, bem como, não sabem ao certo as taxas de juros embutidas nas prestações mensais, pois, eles apenas se preocupam com o valor mensal que irão pagar, se este cabe ou não cabe no orçamento mensal.

O desconhecimento dos termos do contrato faz com que os optantes desta modalidade de empréstimo sejam levados a erro, pois realizam inconscientemente vários empréstimos, em parcelas baixas, que cabem no orçamento, porém, sem a consciência de que esses empréstimos consumirão parte relevante de renda familiar por períodos que podem chegar a até uma década.

Esse fator retira o poder de compra desses contratantes, posto que, na medida de suas necessidades, os aposentados e pensionistas vão realizando vários contratos, em pequenas parcelas, por longos períodos, a juros desconhecidos, e sem nenhuma burocracia, acabam ficando superendividamento.

Esse contemporâneo fenômeno: econômico, jurídico e social, ganha relevo nas discussões jurídicas, porque, tornou-se um problema social, não havendo, atualmente, legislação específica, de Proteção e Defesa dos superendividados. Além do consignado tradicional retro mencionado, verifica-se também a questão da recompra como fator que agrava a situação destes consumidores.

A recompra ocorre quando um banco compra a dívida do consumidor, seja com outros bancos, seja com a mesma instituição, quitando os empréstimos que o consumidor já tem e realizando novo contrato de consignado, vinculando o cliente a novo empréstimo. (<www.oclic.com.br> acesso em: 02 de maio de 2013).

Esta recompra prende a margem consignada do aposentado e pensionista que optam por essa outra modalidade de crédito, também, realizada sob forma de consignado. Na recompra os juros são novamente acrescidos, fazendo com que, o consumidor pague juros mais de uma vez sobre o mesmo dinheiro emprestado.

Geralmente, o contratante que realiza esse tipo de contrato de recompra, retira uma pequena parte em dinheiro, sendo a maior parcela do valor do novo contrato, usada para quitar o anterior, e, quando as pessoas fazem diversas recompras, perdem o controle financeiro e contraem débitos dos quais não consegue mais se livrar sem negociações, ficando, desta forma, com o benefício comprometido.

Verifica-se na prática dos PROCONs que o consumidor, no momento da contratação, não é informado de maneira clara, precisa, concisa e ostensiva acerca de qual tipo de financiamento está contratando, ferindo frontalmente o disposto nos artigos 6º, inciso III, 30, 31 e 46, todos do CDC.

CONCLUSÃO

Ante o exposto, parte-se do pressuposto de que, cabe ao Estado o dever de proteger a todos os cidadãos, tratando igualmente os iguais, e desigualmente, os desiguais, na exata medida de suas desigualdades. É isso que acontece com o caso em voga.

Desta forma, falta, por parte do Estado, proteção efetiva a fim de resguardar os consumidores, vulneráveis e hipossuficientes, diante do poderio econômico dos fornecedores, criando, desta forma, políticas públicas capazes de equilibrar os polos contratuais.

O presente estudo tem por escopo evidenciar que as situações fáticas vivenciadas pela população brasileira, nos últimos anos, reveladas por meio da conduta social de uma população desorganizada econômica cujos consumidores com nível intelectual do homem médio se torna incapaz de se opor as publicidades de crédito fácil e sem burocracia, pois os incentivos ao consumo e a acessibilidade a vários meios de crédito rápido, como cartões de créditos, empréstimos pessoais e consignados em folhas de pagamento, levam estes consumidores a ilusão de potenciais compradores.

De fato, sua capacidade consumerista fica restrita a liberação de créditos, uma vez que o rendimento mensal está comprometido cada vez mais com o adimplemento de suas obrigações financeiras contraídas sem planejamento financeiro.

Pretende-se, com este trabalho monográfico, contribuir com outros estudiosos das diversas áreas do direito e afins, no que tange ao superendividamento, bem como a futuros debates que se pautarem neste estudo, de relevo social e jurídico, que vem movimentando ricas discussões no mundo jurídico, visto que essa prática de consumo está arraigada em nossa contemporânea sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Luis Henrique Coscelli, **Ensaio sobre impactos da Constituição Federal de 1988 na sociedade brasileira**, 2008, p.275.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARQUES, Cláudia lima, *et al.* **Prevenção e tratamento do superendividamento**. 2010; Ministério da Justiça: Brasília. p. 21.

SOARES, André de Moura. **Aposentados e pensionistas do INSS**. 2005.
<www.jusnavigandi.com.br> acesso em: 02 de maio de 2013.

<www.oclic.com.br> acesso em: 02 de maio de 2013.

www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078.htm> acesso em: 02 de maio de 2013.